

PARECER DO SEGMENTO USUÁRIO – INDÚSTRIA – REFERENTE AO PEDIDO DE VISTA DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE PRETENDE REGULAMENTAR O § 4º DO ART. 21 DA LEI nº 9.984/2000, FORMULADO PELA CONSELHEIRA MARIA CRISTINA YUAN, NA PLENÁRIA DO CNRH, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004.

Em relação à proposta de resolução encaminhada pela CTIL à apreciação do Plenário do CNRH, em 20.12.04, que visou a atender o disposto no art.5º da Resolução nº 41, de 02.07.04, solicitamos a sua retirada de pauta, em razão dos seguintes argumentos.

Desde logo, convém destacar que, de acordo com o *caput* do art.21 da Lei 9.984/2000, a resolução em apreço destina-se a disciplinar a aplicação das receitas oriundas da cobrança pelo uso de recursos hídricos de rios de domínio da União.

Tanto é assim que o § 4º do citado art.21 diz expressamente que as prioridades serão estabelecidas pelo *CNRH em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica*.

Portanto, a nosso ver, não cabe a referência feita aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

Ademais, o que motivou essa resolução foi a necessidade de padronizar os procedimentos e a forma para o encaminhamento das informações a serem prestadas pelos Comitês de Bacia, referentes aos respectivos projetos e programas de investimento, com a finalidade de facilitar a análise dessas informações e subsidiar a definição, pelo CNRH, das prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança em rios da União. (§ 4º do art.21/Lei 9.984).

A propósito, o § 1º do art. 3º da proposta de resolução explicita bem esse objetivo. No entanto, a minuta apresentada não logrou êxito em atingir tais objetivos .

Nestas condições, o art.2º da proposição, a despeito dos bons propósitos que inspiraram a sua elaboração, além de ser ilegal - eis que contraria frontalmente o art.22 da Lei 9.433/97 - não atende aos objetivos do dispositivo que se quer regulamentar .

Outrossim, não cabe tampouco no art.3º da proposta o tratamento diferenciado que pretendeu dar aos recursos oriundos do setor elétrico, já que o art.28 da Lei 9.984/00 não o fez. Aliás, tanto esse art.28 quanto o art.22 da Lei

9.433/97 mandam aplicar os recursos da cobrança *prioritariamente na bacia onde foram gerados*.

Por idêntico, não são pertinentes os artigos 5º e 6º da proposição, visto que não guardam relação com o disposto no § 4º do art.21 da Lei 9.984/00 e com o objetivo da resolução.

Cabe também informar a esse Conselho que, no cumprimento da Resolução CNRH n.º 41, foi formado Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação da Cobrança – GTAAC, no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos –CTCOB. O GTAAC vem desenvolvendo trabalhos que visam o aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica e dos conhecimentos dos trâmites administrativos financeiros dos recursos oriundos da cobrança, elementos fundamentais para o conteúdo da Resolução em questão.

À vista do exposto, propõe-se que o assunto retorne à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais para aperfeiçoamento do texto , recomendando-se ainda que a discussão se faça em conjunto com a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.

Outrossim, visando evitar prejuízo ao exercício da competência outorgada ao CNRH pelo § 4º Art. 21 da Lei nº 9.984/00, no que se refere ao exercício de 2006, propõe-se que seja editada, em tempo hábil, Resolução nos moldes da Resolução 41, que deverá definir prioridades da aplicação dos recursos da cobrança para o exercício em questão, a ser incluída na proposta orçamentária do Poder Executivo Federal a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Por fim, fica consignado que, a nosso juízo, não se deve detalhar em uma mesma Resolução a *articulação* prevista no art. 4º da Lei 9.433/97 e a *articulação* de que trata o § 4º do art.21 da Lei 9.984/2000. Cabe uma resolução específica para detalhamento da *articulação* prevista no art. 4º da Lei 9.433/97, que tem uma dimensão política e administrativa muito maior que a *articulação* de que trata o citado § 4º do art.21.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2005

MARIA CRISTINA YUAN
Conselheira Titular do CNRH